

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Do Sr. CÉSAR HALUM)

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para coibir a prática de preços abusivos de combustíveis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 2º A fiscalização abrange, também, a prática de preços abusivos e a construção e operação de instalações e equipamentos relativos ao exercício das atividades referidas no parágrafo anterior.

.....

Art. 3º

XX - praticar preços abusivos na forma do regulamento do poder concedente:

Multa - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, o abastecimento nacional de combustíveis é considerado de utilidade pública. Assim sendo, é fundamental que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP tenha entre suas atribuições a fiscalização de prática de preços abusivos pelos agentes autorizados a comercializar combustíveis.

O gás liquefeito de petróleo – GLP, por exemplo, é o combustível mais utilizado pelas famílias brasileiras para a cocção de alimentos. Quando um consumidor compra um botijão por preço abusivo, principalmente aqueles de baixo renda, é grande o impacto no seu orçamento familiar.

É importante que a Lei nº 9.847/1999 estabeleça que a ANP seja responsável pela fiscalização de prática abusiva de preços e possa cobrar multa de qualquer autorizatário que cometa essa prática. Dessa forma, cessarão as grandes diferenças de preço praticadas pelo livre mercado.

Com intuito de proteger os consumidores brasileiros de combustíveis, em especial a população de menor renda, pedimos aos nobres Pares desta Casa apoio a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado CÉSAR HALUM

PRB-TO